

Conversa com FHC o presidente

Trepado no tamborete dos meus 50 anos de atividade jornalística ininterrupta, quase todos no batente político, peço licença para dirigir-me ao presidente Fernando Henrique para oferecer alguns dados que, talvez, ajudem a reavaliação do relacionamento da imprensa com o governo, tão justamente criticado no desabafo com os líderes da sua desavinda base parlamentar.

Não invoco credenciais para falar em nome da classe. Nem mesmo da reportagem política, alvo das queixas presidenciais. Mas, não sinto constrangimento em meter o bedelho em conversa de tão alto nível, e que mexe comigo.

Depois, o presidente provocou. Desculpa-se o momento de mau humor nas agruras desses dias tumultuados, de grampos, crises, demissões e cobranças. Quer dizer, entende-se o estado de alma, sobra a dúvida sobre a solução que propõe da regulamentação para a imprensa. As coisas não ficam claras no improvisado, gravado e reproduzido entre aspas. O presidente adverte os seus líderes sobre as arapucas e mundéus nos atalhos da relação com a imprensa, que se disfarçam nos atrativos das "maquininhas de televisão", artefato terrível, que "pode liquidar na hora" no simples descuido "do que foi dito, às vezes do que não foi dito". Completa a lição, com o aviso: "tudo isso pode ser fatal na política de hoje". Na busca a saída corretiva, ressalva que não pensa em censura, mas "em termos de consciência". E por aí vai, para sustentar a necessidade de "uma regulamentação dessa matéria".

Em resumo, está zangado com a imprensa. Longe de mim a descortesia de um bate-boca com o presidente. Ao contrário. A busca de entendimento pressupõe a boa vontade recíproca, o espírito desarmado para o reconhecimento de erros, caminho para as correções. Depois, jornal não tem grampo, lê quem quer. Começamos pelo lado de cá do balcão, de onde, debruçado, espio, matuto e escrevo sobre o que descubro da outra banda.

Antes de atirar pedras na vidraça das nossas janelas, não custa reconhecer que a imprensa política paga os seus pecados e os dos outros, nessa longa fase de ajustamento que começa com a mudança da capital para Brasília, agrava-se nos quase 21 anos da Redentora e da noite negra da censura e, só com a restauração democrática e a normalização da atividade política retomou as tentativas para a atualização do modelo cunhado pela geração de 46, da qual sou um sobrevivente.

A crônica de interpretação, de análise, de projeção que vai além dos fatos, não foi uma invenção pretensiosa e gratuita. Mas, o molde esculpido para atender aos desafios da fase dos anos dourados da oratória, do prestígio do Legislativo, do interesse popular pelos debates parlamentares e pela atividade dos partidos.

Tudo isso é passado enterrado no saudosismo. A mudança para a capital improvisada impôs a brusca ruptura do estilo de cobertura condenado à inevitável reformulação. As duas décadas de arbítrio fizeram o resto. Credita-se aos presidentes do rodízio militar a consolidação de Brasília. O que é verdade a partir do governo Médici, no transe mais brutal da ditadura que ocupou a capital imatura e indefesa transformada em quartel, submetendo o Congresso ao vexame dos recessos punitivos, das cassações, dos casuísmo, dos senadores biônicos. A reportagem política foi posta de férias compulsórias. Renasceu com o fim da censura, amplia seu espaço, tateia na busca de sua definição.

Passemos para o lado de lá. Pegando leve para não azedar a conversa. Acontece que o governo tem errado muito em meio a seus acertos. As queixas, no despejo das tensões represadas, inspiram-se nos episódios das contas de Cayman e dos grampos nos telefones do BNDES.

Repito argumentos tantas vezes repisados. Finça-se a ponta da linha do carretel dos equívocos na precipitada prioridade da reeleição, que paralisou a aprovação das reformas. As contas da chantagem de Cayman chegaram à imprensa por mãos ministeriais. Sem a cautela da providência elementar de submetê-las à perícia que atestasse a falsificação grosseira. A mesma desatenção compromete a imprensa.

E, por fim, o governo enrolou-se nas fitas da escuta clandestina de telefones e perdeu a hora certa de abortar a crise antes que ela pipocasse na imprensa. Retardou o desfecho por três meses.

Então, presidente? Regularizar o noticiário de erros? Ou é mais fácil evitá-los?